



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0000260-15.2008.8.17.0110
(0332475-0)**

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE IGUARACY

AGRAVADO: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRAILEIROS S/A

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO POR ENTENDER QUE É QUESTÃO PACIFICADA PELO STF, POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO RE 592.905/SC, QUE ACERCA DA INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO, O SERVIÇO OCORRE NO LOCAL ONDE SE TOMA A DECISÃO DA APROVAÇÃO DO FINANCIAMENTO, ONDE SE CONCENTRA O PODER DECISÓRIO, ONDE SE SITUA A DIREÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO. O FATO GERADOR NÃO SE CONFUNDE COM A VENDA DO BEM OBJETO DO LEASING FINANCEIRO, JÁ QUE O NÚCLEO DO SERVIÇO PRESTADO É O FINANCIAMENTO. IRRELEVANTE O LOCAL DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, DA ENTREGA DO BEM OU DE OUTRAS ATIVIDADES PREPARATÓRIAS E AUXILIARES À PERFECTIBILIZAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA, A QUAL SÓ OCORRE EFETIVAMENTE COM A APROVAÇÃO DA PROPOSTA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO MUNICÍPIO AGRAVANTE. NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO FISCAL. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo nº 0332475-0, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em **negar provimento ao recurso**, mantendo-se inalterada a decisão agravada, nos termos do voto do Desembargador Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 16 de maio de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0000260-15.2008.8.17.0110
(0332475-0)**

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE IGUARACY

AGRAVADO: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRAILEIROS S/A

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

RELATÓRIO

O presente remédio impugnativo tem por finalidade rever a decisão terminativa proferida por esta relatoria, que negou seguimento ao recurso de apelação, por entender que o Município de Iguaracy não possui legitimidade ativa para interpor execução fiscal fundada em cobrança de ISS nas operações de leasing, por não ser referido Município sede do centro de tomada de decisões do agente financiador. (fls.185/190).

Irresignada, o Município de Iguaracy apresentou o presente recurso de agravo, com o fim de ver o seu pleito apreciado por este Órgão Colegiado, alegando, igualmente ao que foi dito em seu recurso de apelação, que a cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quanto às operações de leasing, não estão abarcadas pela decisão proferida no Recurso Especial nº 1060210, que entendeu que o serviço ocorre no local onde se toma a decisão acerca da aprovação do financiamento, ou seja, na sede da Direção Geral da Instituição.

Alegou, ainda, que, por se tratar de lançamento por homologação a base de cálculo e o preço do serviço são aqueles declarados pelo contribuinte, não havendo discussão quanto ao sujeito ativo ou passivo, porque o contribuinte declara o seu endereço como sendo o do município onde reside. (fls. 193/201).

É o relatório.

Recife, 16 de maio de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0000260-15.2008.8.17.0110
(0332475-0)**

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE IGUARACY

AGRAVADO: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRAILEIROS S/A

RELATOR: Des. ANDRÉ OLIVEIRA DA SILVA GUIMARÃES

VOTO

Transcrevo os fundamentos do *decisum* atacado:

“Cuida-se de execução fiscal fundada em cobrança de ISS nas operações de leasing referenciadas pela municipalidade exequente/apelante.

O Egrégio STJ firmou posicionamento em sede de recurso repetitivo, em consonância com o disposto no art. 543-C, do CPC, que a legitimidade para o mencionado lançamento tributário é do município onde está sediado o centro de tomada de decisões do agente financiador, e não simplesmente do ente federativo no qual se localiza a agência ou filial onde o particular realizar meros procedimentos acessórios, como no caso do apelante.

Confira-se a ementa abaixo:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO. QUESTÃO PACIFICADA PELO STF POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO RE 592.905/SC, REL. MIN. EROS GRAU, DJE 05.03.2010. SUJEITO ATIVO DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA NA VIGÊNCIA DO DL 406/68: MUNICÍPIO DA SEDE DO ESTABELECIMENTO PRESTADOR. APÓS A LEI 116/03: LUGAR DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. LEASING. CONTRATO COMPLEXO. A CONCESSÃO DO FINANCIAMENTO É O NÚCLEO DO SERVIÇO NA OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO, À LUZ DO ENTENDIMENTO DO STF. O SERVIÇO OCORRE NO LOCAL ONDE SE TOMA A DECISÃO ACERCA DA APROVAÇÃO DO FINANCIAMENTO, ONDE SE CONCENTRA O PODER DECISÓRIO, ONDE SE SITUA A DIREÇÃO GERAL DA INSTITUIÇÃO. O FATO GERADOR NÃO SE CONFUNDE COM A VENDA DO BEM OBJETO DO LEASING FINANCEIRO, JÁ QUE O NÚCLEO DO SERVIÇO PRESTADO É O FINANCIAMENTO. IRRELEVANTE O LOCAL DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, DA ENTREGA DO BEM OU DE OUTRAS ATIVIDADES PREPARATÓRIAS E AUXILIARES À PERFECTIBILIZAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA, A QUAL SÓ OCORRE EFETIVAMENTE COM A APROVAÇÃO DA



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

PROPOSTA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. BASE DE CÁLCULO. PREJUDICADA A ANÁLISE DA ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 148 DO CTN E 9 DO DL 406/68. RECURSO ESPECIAL DE POTENZA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL PARCIALMENTE PROVIDO PARA JULGAR PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO E RECONHECER A ILEGITIMIDADE ATIVA DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO/SC PARA EXIGIR O IMPOSTO. INVERSÃO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. ACÓRDÃO SUBMETIDO AO PROCEDIMENTO DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO 8/STJ. 1. O colendo STF já afirmou (RE 592. 905/SC) que ocorre o fato gerador da cobrança do ISS em contrato de arrendamento mercantil. O eminente Ministro EROS GRAU, relator daquele recurso, deixou claro que o fato gerador não se confunde com a venda do bem objeto do leasing financeiro, já que o núcleo do serviço prestado é o financiamento. 2. No contrato de arrendamento mercantil financeiro (Lei 6.099/74 e Resolução 2.309/96 do BACEN), uma empresa especialmente dedicada a essa atividade adquire um bem, segundo especificações do usuário/consumidor, que passa a ter a sua utilização imediata, com o pagamento de contraprestações previamente acertadas, e opção de, ao final, adquiri-lo por um valor residual também contratualmente estipulado. Essa modalidade de negócio dinamiza a fruição de bens e não implica em imobilização contábil do capital por parte do arrendatário: os bens assim adquiridos entram na contabilidade como custo operacional (art. 11 e 13 da Lei 6.099/74). Trata-se de contrato complexo, de modo que o enfrentamento da matéria obriga a identificação do local onde se perfectibiliza o financiamento, núcleo da prestação dos serviços nas operações de leasing financeiro, à luz do entendimento que restou sedimentado no Supremo Tribunal Federal. [...] 7. O contrato de leasing financeiro é um contrato complexo no qual predomina o aspecto financeiro, tal qual assentado pelo STF quando do julgamento do RE 592.905/SC, Assim, há se concluir que, tanto na vigência do DL 406/68 quanto na vigência da LC 116/03, o núcleo da operação de arrendamento mercantil, o serviço em si, que completa a relação jurídica, é a decisão sobre a concessão, a efetiva aprovação do financiamento. 8. As grandes empresas de crédito do País estão sediadas ordinariamente em grandes centros financeiros de notável dinamismo, onde centralizam os poderes decisórios e estipulam as cláusulas contratuais e operacionais para todas suas agências e dependências. Fazem a análise do crédito e elaboram o contrato, além de providenciarem a aprovação do financiamento e a conseqüente liberação do valor financeiro para a aquisição do objeto arrendado, núcleo da operação. Pode-se afirmar que é no local onde se toma essa decisão que se realiza, se completa, que se perfectibiliza o negócio. Após a vigência da LC



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

116.2003, assim, é neste local que ocorre a efetiva prestação do serviço para fins de delimitação do sujeito ativo apto a exigir ISS sobre operações de arrendamento mercantil. 9. O tomador do serviço ao dirigir-se à concessionária de veículos não vai comprar o carro, mas apenas indicar à arrendadora o bem a ser adquirido e posteriormente a ele disponibilizado. Assim, a entrega de documentos, a formalização da proposta e mesmo a entrega do bem são procedimentos acessórios, preliminares, auxiliares ou consectários do serviço cujo núcleo - fato gerador do tributo - é a decisão sobre a concessão, aprovação e liberação do financiamento. [...] 12. Recurso Especial parcialmente provido para definir que: (a) incide ISSQN sobre operações de arrendamento mercantil financeiro; (b) o sujeito ativo da relação tributária, na vigência do DL 406/68, é o Município da sede do estabelecimento prestador (art. 12); (c) a partir da LC 116/03, é aquele onde o serviço é efetivamente prestado, onde a relação é perfectibilizada, assim entendido o local onde se comprove haver unidade econômica ou profissional da instituição financeira com poderes decisórios suficientes à concessão e aprovação do financiamento - núcleo da operação de leasing financeiro e fato gerador do tributo; (d) prejudicada a análise da alegada violação ao art. 148 do CTN; (e) no caso concreto, julgar procedentes os Embargos do Devedor, com a inversão dos ônus sucumbenciais, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa do Município de Tubarão/SC para a cobrança do ISS. Acórdão submetido ao procedimento do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ (REsp 1.060.210/SC, S1, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 28/11/2012).

Desse modo, o crédito fazendário inscrito na dívida ativa do município apelante, constante às fls. 06/07, não preenche o requisito de exigibilidade previsto no art. 585 do CPC, ante a ausência de sua legitimidade ativa para a cobrança em questão, devendo ser extinto o processo executivo.

No particular, confira-se precedente deste Sodalício, consoante acórdão adiante ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING). EXECUÇÃO FISCAL. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO EXEQUENDO VICIADA. LANÇAMENTO INIDÔNEO. ILEGITIMIDADE ATIVA. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL INVÁLIDO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO E SOLIDARIEDADE PASSIVA:



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

INOCORRÊNCIA, NO CASO. NULIDADE DA CDA. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TJPE. APELO IMPROVIDO. 1. Na espécie, trata-se de crédito tributário constituído, ex officio, mediante lançamento por arbitramento, à luz de informações inseridas pela parte executada no Sistema Nacional de Gravames e depositadas junto ao DETRAN. 2. Com efeito, a circunstância de fato eleita para caracterizar o local da prestação de serviço - qual seja o Município a que vinculado o ato de emplacamento - é totalmente inidônea para esse fim, visto que esse liame registral, isoladamente considerado, não serve à identificação da competência para a tributação, pelo ISS, das operações de arrendamento mercantil. 3. Daí exsurge a ilegitimidade do Município de Serra Talhada para figurar como sujeito ativo do crédito tributário exequendo, eis que o local do emplacamento não guarda nenhuma correlação com o local da prestação de serviços de arrendamento mercantil, seja este o domicílio do prestador (antes da LC nº 116/03), seja este o endereço da unidade econômica ou profissional do estabelecimento concretamente responsável pela operação de leasing (conforme a orientação fixada pelo STJ no REsp Repetitivo nº 1.060.210/SC). 4. Ademais, outros motivos igualmente conduzem ao reconhecimento da inviabilidade do processo executivo em foco, sobretudo em função (i) da ausência de contraditório e ampla defesa no curso do correspondente processo administrativo fiscal (formalidade indispensável, posto tratar-se de lançamento de ofício), (ii) da nulidade da CDA (haja vista o desatendimento às prescrições encartadas nos arts. 202 e 203, do CTN, e 2º, § 5º, da LEF) e (iii) da indicação indiscriminada de pessoas jurídicas diversas para figurarem como executadas, em dissonância com a iterativa jurisprudência do STJ no sentido de que "o simples fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico, por si só, não enseja a solidariedade passiva em execução fiscal" (AgRg no Ag 1.415.293/RS, DJe de 21/09/2012). 5. Diante desse cenário, impende reconhecer que os vícios acima apontados vulneram o processo administrativo de constituição do crédito tributário e, por conseguinte, o próprio título extrajudicial que lastreia a ação de execução, sendo certo que a eventual substituição da CDA jamais convalidaria tais defeitos. 6. De resto, revela-se impertinente a alegação recursal concernente ao descabimento da verba sucumbencial, pois o Juízo singular não estabeleceu qualquer condenação a esse título. 7. Apelo improvido, à unanimidade dos votos (AC 264565-4, Rel. Des. Francisco Bandeira de Mello, DJ 13/12/2012).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

Diante de todo o exposto, com arrimo no art. 557, caput, do CPC, **nego seguimento** ao presente apelo, para manter a sentença em todos os seus termos, extinguindo o executivo fiscal originário, ante a falta de legitimidade ativa, tendo em vista seu manifesto confronto com a jurisprudência deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça."

Pelas razões expostas, tenho que os argumentos expendidos no recurso de agravo sob análise são repetitivos e, nesse particular, o Colendo STJ tem decidido no sentido de que "a reiteração de alegações é conduta reprovável e demonstra o caráter exclusivamente protelatório do recurso" (STJ, 5ª turma, RMS 14.990, Rel. Min. Arnaldo Esteves, j. 10/05/2007).

Sendo assim, não merece acolhida o pedido contido no presente recurso.

Em face do exposto, voto pelo **não provimento** do recurso de agravo, mantendo *in totum* a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 16 de maio de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator